

ANTROPOCENO OU SEMIÓFORO? ENSINO, SUSTENTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

LEANDRO PETARNELLA

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO (UNINOVE)

JULIO FRANCISCO BLUMETTI FACO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)

MÁRCIO DE LA CRUZ LUI

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS (FEI)

ALEX PAUBEL JUNGER

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)

ANTROPOCENO OU SEMIÓFORO? ENSINO, SUSTENTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

O que queremos quando sujamos o mundo? [...] Apropriar-se do lugar. Não por habitá-los, mas por excluir qualquer pessoa dali.

Michel Serres (2013, p. 61)

1 OS DESAFIOS DO ANTROPOCENO COMO INTRODUÇÃO

Vivemos em uma nova era. Reconhecer a atualidade como uma nova era implica em dizer que a Revolução Industrial se metamorfoseou. Esta Revolução, por seu turno, foi precedida há cerca de 12 mil anos pela Revolução Neolítica que, por sua vez, foi marcada pela transição do sistema de caça e coleta para a agricultura e os assentamentos humanos permanentes, dos quais surgiram as primeiras cidades. Entretanto, atualmente o progresso trazido pela referida revolução é incapaz de fornecer a tônica dos caminhos sócio produtivos vigentes.

Tal incapacidade começa a ser percebida a partir da unificação da economia mundial, da comercialização em larga escala e da substituição das formas de exercício do poder territorial pelo controle dos fluxos informacionais. Esta nova era pode ser delineada, como bem definem cientistas como Jürgen Renn, Anthony Giddens e o químico Paul Crutzen que é o idealizador do termo, como o Antropoceno: período marcado pela globalização e pelo descontrole das formas e meios dos processos de humanização em escala global.

Toda mudança nas dinâmicas e organização da sociedade é, *a priori*, resultante da necessidade humana de reordenar e/ou redefinir sua relação para com o mundo. Por isso mesmo, o Antropoceno insinua a emergência de uma matriz diferente de racionalidade, propondo à sociedade uma nova relação com suas técnicas e dinâmicas de organização social. Logo, entender o período atual como o Antropoceno implica em visualizar a magnitude dos problemas ambientais decorrentes da segunda Revolução Industrial.

A segunda Revolução Industrial, por seu turno, foi marcada pela evolução das máquinas que deixaram de ter como fonte de combustível a matéria prima orgânica – característica da primeira Revolução Industrial, para operar a partir de fontes de combustíveis formados basicamente por matérias primas inorgânicas como, por exemplo, o petróleo, a energia elétrica e o gás (SOARES, 2010). Em decorrência disso, os problemas atuais, enquanto período de uma terceira Revolução Industrial alinha-se à ordem da escassez de matérias primas orgânicas e inorgânicas e, ao mesmo tempo, à necessidade de uma nova base científica e técnica capaz de questionar os modos de produção baseado na exploração da natureza.

Não se pode negar que o avanço técnico e científico tem se tornado cada vez mais célere e provocado mudanças nas relações sociais sem precedentes. Este avanço que hoje, baseado na bioengenharia e seus desdobramentos, reorienta drasticamente as relações de trabalho e convívio social, torna o espaço mais fluído e globalizado. Para com o sistema de ensino, esta afirmativa não se faz diferente, já que novos olhares são lançados sobre o que se ensinar e, principalmente, como se ensinar em um mundo com referências e valores reificados nos paradigmas herdados da primeira Revolução Industrial.

A rigor, visualizar a hodiernidade como Antropoceno implica, em consequência, na percepção de que a sociedade se vê desafiada se relacionar também, além da natureza, com o

espaço de maneira diferente daquela que amalgamou a visão de crescimento econômico e social a qualquer custo típico das Revoluções anteriormente aqui delineadas. Logo, percebe-se que entender o Antropoceno é visualizar novas possibilidades de compreender a natureza e gerar recursos produtivos a partir de uma nova relação para com a tecnologia e para com os problemas sociais que antes eram considerados locais e agora se transformaram e ganharam dimensão global. Além disso, desvela-se também a necessidade do enfrentamento de problemas emergentes, tais como, a possibilidade de escassez de recursos fósseis, desertificação de áreas, mudanças climáticas e o excesso de pobreza mundial, entre outros. Desta maneira, operar com o ensino no Antropoceno, é o desafio desta nova era e, ao mesmo tempo, uma questão que deve ser entendida e refletida por todos. Problema este cuja compreensão se firma como objeto deste trabalho.

O problema ora apresentado aqui é refletido a partir da necessidade de se compreender as novas demandas sociais. Estas, por sua vez, se alinham ao desafio de se forjar uma sociedade que, conforme salienta Sachs (2004), deveria elaborar planos nacionais de desenvolvimento socialmente incluídos e ambientalmente sustentáveis. Entretanto, a elaboração dos respectivos planos implica na mudança do pensamento socialmente constituído, bem como no reconhecimento da responsabilidade humana pelos estragos provocados por uma economia predatória. Por isso mesmo, o Antropoceno exige a busca de novos rumos para o desenvolvimento social, assim como o estabelecimento de bases comparativas de progresso. Afinal, progredir não significa necessariamente, crescer de maneira desorganizada ou desorientada.

A busca de novos rumos sociais, aqui com especificidade ao papel dado ao ensino à esta questão, é um problema tão atual quanto necessário é o seu enfrentamento. Enfrentamento este possível a partir do desenvolvimento de novas formas de se compreender o que é necessário se ensinar e, principalmente, como se deve ensinar os sujeitos que, para este novo cenário, se deseja formar.

É claro que a relação de ensino no Antropoceno exige o entendimento do cenário que se arma e se mostra a partir do surgimento de novos conceitos tão difusos quanto polimorfos. Cita-se, como exemplo, os conceitos de cultura “verde”, governança ambiental, sociedade sustentável, entre outros que, a rigor, segundo, Ignacy Sachs (2004) tem por objetivo alinhar as estratégias de desenvolvimento com prudência ecológica ao imperativo social. Os argumentos de Sachs são direcionados às estratégias que priorizem a redução drástica das desigualdades abissais que hoje separam as minorias abastadas da maioria, ainda condenada a lutar em condições difíceis pela sobrevivência.

Diante do exposto, percebe-se que (re)elaborar uma nova ordem social, além de implicar no entendimento de que o retorno, o impacto, o mapeamento de ações e procedimentos, assim como a reorganização dos processos e de todo o aparato técnico-administrativo, implica, principalmente, no reordenamento, por meio do ensino, do pensamento socialmente constituído e herdado das eras anteriores. Exige-se, para tal fim, o entendimento das bases fundantes do conhecimento que alicerça nossas condutas atuais, desvelando, dessa maneira, a necessidade de compreensão da problemática ambiental. Mesmo porque, por meio do ensino se torna possível conhecer os alicerces teóricos e, principalmente, os eixos norteadores que firmam o pensamento sobre a sustentabilidade, entendendo serem estes dois últimos campos um dos principais reflexos do Antropoceno.

Na tentativa de delinear um eixo norteador para a problemática exposta, parte-se, neste trabalho, do questionamento sobre as possibilidades de se estabelecer por meio do ensino uma nova ordem social a partir de uma velha racionalidade já que o modo de produção e consumo social é o mesmo do período industrial. Em decorrência disso, questões ligadas principalmente ao papel do ensino, da pesquisa e da disseminação do conhecimento, bem como suas respectivas aplicabilidades sobre a temática emergem como mote desta pesquisa.

É importante alertar que este trabalho, de cunho teórico, é delineado por meio de um ensaio sobre a problemática e os desafios aqui apresentados possibilitando, desta maneira, a transformação das visões e dos fatos que se apresentam *a priori*, muitas vezes, de maneira não relacionados em um tecido orgânico passível de compreensão para além de seus *locus* cativos. Por isso mesmo, a proposta deste trabalho não é a de se encerrar determinado assunto, mas no contrapelo, ampliar a visão e a discussão sobre uma temática tão presente e relevante em nosso cotidiano.

2 ENSINO E ADMINISTRAÇÃO ORIENTADOS À SUSTENTABILIDADE

Os enfrentamentos dos desafios anteriormente apontados devem ser refletidos por todos. Neste sentido, entender como ele vem sendo percebido e orientado nas mais diversas esferas sociais se constitui, então, um importante passo rumo à o respectivo enfrentamento. Assim, é buscando compreender como a sustentabilidade se insere nos espaços de geração de pesquisas e disseminação do conhecimento é que este trabalho objetiva também refletir sobre o modo pelo qual a sustentabilidade vem sendo ensinada considerando as perspectivas delineadas pelo Antropoceno. Aqui, com especificidade à administração.

Este foco se deve ao entendimento de que a formação do pensamento de uma sociedade não é determinada apenas por princípios teóricos e/ou metodológicos. Mais do que isso, ela envolve a articulação e o encadeamento das reflexões delineadas sobre os objetos em cena. No caso em questão, a sustentabilidade. Em consequência, sua reflexão sob a ótica da administração se justifica pelas possibilidades de entendimento das formas pelas quais o homem enxerga a realidade e, principalmente, pelo papel do ensino na administração para com esta finalidade.

Todo o dito, implica em considerar, ainda, que são nos espaços de ensino que se mobilizam maiores esforços, por parte das instituições acadêmicas e de seus atores, em torno de um exercício que pode transformar ou construir novas representações dessa realidade permitindo, inclusive, a ultrapassagem do campo dado pela ciência por meio da pesquisa para se estabelecer na ordem de uma racionalidade que possa ser estruturada no cotidiano social. No limite, pode-se afirmar que se espera do ensino a geração do processo educacional sobre o que se objetiva saber, no caso em questão, sobre a sustentabilidade. Assim, a educação enquanto responsável pela transmissão das heranças culturais e, principalmente, pelo desenvolvimento das potencialidades de convívio, interação e pertencimento humano, viabiliza que o conhecimento, hodiernamente construído sobre a temática, possa ser disseminado a partir das práticas que são orientadas pelo ensino por meio das disciplinas.

O ensino da sustentabilidade nos cursos de administração deve considerar *a priori* dois pressupostos. O primeiro, é que se a sociedade humana deve utilizar os recursos presentes e garantir a utilização dos mesmos pelas futuras gerações como apregoa Brundtland (1991) entende-se, então, que a sustentabilidade evoca a construção de novos conhecimentos sob a perspectiva social, econômica, política, ética e moral. Mas, para isso, se faz necessário o entendimento do *status quo* da sociedade bem como da maneira pela qual ela está organizando o seu desenvolvimento. Por isso mesmo, o ensino sobre essa temática pode ser uma forma possível de nos orientar a este respeito.

O segundo pressuposto, aqui definido com Leff (2010, p. 23), é o de que se “todo objeto de trabalho se transforma também em objeto de um saber empírico e de um conhecimento conceitual” e estes, por sua vez, se amalgamam por meio de um sistema ou processo de transmissão que seja coerente e forte o suficiente para promover as transformações desejadas. Sistema este que, enquanto ensino, deve ser capaz de gerar conhecimento este a ser debatido e,

até mesmo, transmitido nos cursos formais principalmente por meio das disciplinas curriculares.

Orientar o ensino pelas reflexões aqui apresentadas enseja, com base no entendimento de Leff (2010, p. 115), que existe a necessidade de desenvolvimento de “um pensamento holístico e sistêmico, que seja capaz de perceber as inter-relações entre os diferentes processos que, sobre eles mesmos, incidem”. Em decorrência disso, entender as bases fundantes do ensino e da pesquisa sobre a sustentabilidade, ou seja, nas universidades que orientam suas práticas por meio do ensino da pesquisa e da extensão, o que vem sendo construído enquanto conhecimento a respeito e como este tema está inserido na Administração, se faz tão importante quanto necessário, já que é sabido que a produção do conhecimento pode desvelar parte da realidade que se arma, transfigurando em dispositivo, inclusive, de gerenciamento social.

Ao voltar o olhar para o Antropoceno se torna consciente o fato de que a sustentabilidade é um tema ainda primário, no que tange à apropriação e ao entendimento do mesmo. Se configura, ainda, sem a definição de contornos, frente à problemática e às possibilidades apontadas, quando pensada sob o olhar da administração. Em consequência, percebe-se que além da temática sustentabilidade ser muito recente, no que tange às pesquisas sobre o ensino e sua inserção e disseminação na administração, seu campo teórico, também, ainda se encontra em formação, o que implica em dizer que as bases teóricas que fundamentam a formação do futuro administrador, enquanto aluno de cursos orientados para esta finalidade, não se encontram ainda consolidadas pela academia.

Todo o dito, implica no entendimento de que para pensar uma administração orientada a partir da sustentabilidade se faz necessário um redimensionamento de seus propósitos o que implica, em decorrência disso, em um descolamento dos paradigmas que a originou. Neste sentido, conforme afirma Abramovay (2012), uma nova forma de organização que vislumbre estratégias alternativas de transição para uma nova ordem social pode ser decisiva a partir das “influências que elas exercem não só nas políticas públicas, mas, sobretudo, nas forças sociais diversas que interferem de forma cada vez mais explícita na definição dos sistemas administrativos” (p. 17).

Sendo a organização um dos principais pilares do desenvolvimento social e econômico, as estratégias alternativas de transição para uma ordem sustentável, implica no entendimento de que a administração deve ser orientada a partir da relação entre a sociedade e a natureza, tendo como eixos norteadores a inovação. No limite, inovação no que tange a necessidade de se diminuir a dependência econômica da utilização de recursos materiais e energéticos. Ainda: como forma de entendimento de que, apesar do homem ser capaz de produzir novos modos de vida social, a exploração desmedida da natureza provoca alterações nos ecossistemas que na maioria das vezes são assustadoras (ABRAMOVAY, 2012). Logo, pensar uma administração orientada para a sustentabilidade significa (re) pensar seus propósitos e suas estratégias a partir do que Mendes (1995) chama de metas prioritárias para o desenvolvimento sustentável.

Para Mendes (1995) o desenvolvimento sustentável gera, para a sociedade, seis metas prioritárias: 1) a satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde e lazer); 2) preservar o ambiente de modo que as gerações futuras tenham chance de viver (solidariedade); 3) conscientização social (participação da população na conservação do meio ambiente); 4) geração do bem estar social (garantia de emprego, segurança); 5) erradicação da miséria e a igualdade social e 6) a elaboração e realização de programas educativos para esta finalidade.

No que tange à primeira meta do desenvolvimento sustentável – a satisfação das necessidades básicas da população – deparamo-nos com um desafio que revela a importância da administração pensada a partir do referido contexto. Isto porque, a administração desde a primeira Revolução Industrial, no século XVIII, teve seus esforços centrados para a expansão do desenvolvimento econômico criando, para tanto, foco na expansão do capital sem necessariamente levar em consideração a reprodução e ampliação das condições de pobreza.

Isto implica em dizer que ela se vê desafiada a “criar uma coesão social e a contribuir de forma positiva para erradicar a pobreza, o que tem sido até aqui, muito limitado” (ABRAMOVAY, 2012, p. 16).

A rigor, implica em pensar também em uma administração que vincule a produção de bens e serviços à obtenção real de um bem-estar para as pessoas rompendo, desta maneira, com a visão neoclássica, mas, ao mesmo tempo, capaz de gerar um metabolismo industrial que configure uma relação ética-econômica (p. 21). Em outras palavras: a administração se faz importante na satisfação das necessidades básicas da população, enquanto meta prioritária do desenvolvimento sustentável, porque ela é “a base filosófica decisiva da organização social do mundo desde a Revolução Industrial e é nessa base que o mundo construiu sua impressionante prosperidade material” (ABRAMOVAY, 2012, p. 25).

Diante deste desafio, estudos como os de Veiga (2010) informam a renúncia do crescimento econômico e a ruptura para com a visão de expansão material como mecanismo de equilíbrio social capaz de gerar bem-estar. Esta renúncia, por sua vez, implica em mudanças na formação do administrador, nas formas pelas quais a administração é ainda hoje por muitos pensada e, principalmente, na readequação técnica profissional, trazendo à tona, à administração, a competência necessária para pensar uma nova economia que tenha o desenvolvimento sustentável como eixo estratégico. Economia esta que permita, por sua vez, a redução das desigualdades e o aumento da eficiência dos recursos já existentes.

Em relação à segunda meta prioritária delineada por Mendes (1995) – a preservação do meio ambiente, a administração se faz tão importante quanto necessária se pensarmos a respectiva preservação como estratégia, inclusive, empresarial. Isto porque, o modo pelo qual a sociedade visualiza a natureza implica, necessariamente, na forma pela qual ela a utiliza. Neste sentido, a administração enquanto disciplina formuladora de estratégias pode transformar a preservação do meio ambiente em estratégia competitiva, ao mesmo passo no qual, se torna possível a obtenção de eficiência da utilização dos recursos produtivos. Neste caminho, é importante lembrarmos os trabalhos de Shrivastava (1995) quando trata da preservação ambiental como estratégia de redução de custos e os de Porter e Van Der Linde (1995), para quem uma boa administração dos recursos naturais e controle das perdas produtivas se configuram em uma diferenciação empresarial e na diminuição de custos.

A preservação dos recursos produtivos, caso a natureza deva assim ser entendida pela administração, implica em pensar atualmente na redefinição das necessidades organizacionais. Esta redefinição implica, conforme descreve Shrivastava (1995), numa gestão “ecocêntrica” capaz de alinhar a gestão empresarial com a gestão ambiental. Segundo o autor, tal capacidade implica em uma visão empresarial dos desafios que, hoje, são de ordem mundial: a escassez de recursos, o excesso de poluição e a falta de alternativas produtivas transformando-se, então, em estratégia competitiva a capacidade que a organização possui em reconhecer sua cadeia produtiva a partir de alternativas ambientalmente corretas.

Em se tratando da conscientização social, enquanto terceira meta, sendo a sociedade parte interessada da organização, é ela – a sociedade, que deve estar na base das estratégias empresariais. Para tanto, a administração se vê envolvida com o propósito de propiciar o que Sen (2009) chama de “vida plena e criativa”. Para o autor, o desenvolvimento sustentável consiste em moldar uma “existência significativa, na medida da dignidade humana”, o que implica em dizer que é papel das organizações fornecerem esclarecimentos para a sociedade de tal modo que esta não seja levada a criar uma falsa consciência sobre suas necessidades de bens e serviços com a oferta dos mesmos. A rigor, trata-se da oferta de condições de controle para os indivíduos sobre sua própria vida a partir da transparência das ações, da ética nos negócios, nas relações justas e, principalmente, na proteção social. Oferta de condições já definidas por Maynard e Mehrtens (1993) e Clarkson (1995) quando questionam, por exemplo, o que seria o sucesso empresarial em uma sociedade onde os interesses econômicos constituem-se apenas

como parte dos resultados das empresas estando os resultados sociais e ambientais atrelados a este aspecto.

Em relação à geração de bem-estar social, enquanto quarta meta definida por Mendes (1995), a administração deve ser capaz de preencher as necessidades básicas de bilhões de pessoas sem confundir o limite, acima já comentado com paralisia uma vez que, como já exposto, nem sempre (quase nunca) o crescimento econômico está relacionado ao bem-estar (ABRAMOVAY, 2012). Aliás, o bem-estar social está intimamente ligado a dignidade humana e ao acesso aos bens e serviços considerados necessário para “uma vida que vale a pena ser vivida” (SEN, 2009, p. 22) e é justamente neste ponto que esta meta se relaciona com a administração que, além de ser orientada para este fim, deve articulá-los com tratativas que vão desde mobilidade espacial aos sistemas de acesso gerando, para tanto, oportunidades de negócios inovadores.

Ao criar oportunidades de negócios inovadores, a administração passa a ser orientada para a criação de valores com base no bem-estar social e não, necessariamente, na geração de riquezas. Desta maneira, a partir dos negócios inovadores, torna-se possível a geração de empregos e rendas (que satisfaçam os trabalhadores no que tange a sua sobrevivência de maneira digna) para a maior parte da população criando, assim, meios de minimização da desigualdade social e erradicação da miséria enquanto quinta meta prioritária.

A administração pode auxiliar na minimização da desigualdade social se considerar a população mais pobre como fonte de negócio em potencial. Quando as empresas se permitem a gerar negócios com e para esta camada social, elas passam a operar na base da pirâmide social auxiliando no combate da pobreza e na redução das desigualdades. Em decorrência disso, conforme observa Prahalad e Hammond (2002), elas acabam contribuindo para o bem-estar da população uma vez que estando comprometidas com essa camada social, as organizações tornam-se ativas nesta causa social.

O comprometimento das organizações com a redução da pobreza também pode ser orientado por meio de trabalhos desenvolvidos que visem solucionar problemas sociais. Trabalhos estes que estabelecem estratégias de estímulo ao desenvolvimento a partir da democratização do acesso aos bens e serviços sociais permitindo, desta forma, o exercício, inclusive, da cidadania (SEN, 1992) e que se diferencia de outros tipos de trabalho por ter em seu âmago a ética e valorização dos seus atores como mecanismo de realização do próprio negócio.

A sexta e última meta definida por Mendes (1995), os programas educativos, devem ser orientados a partir do ensino de valores éticos e morais dos agentes que atuam na administração. Para esta construção, a administração se vê envolvida com a conscientização da própria organização por meio da transformação do próprio espaço empresarial, mas, também, a partir da formação de seus atores em espaços voltados para esta finalidade. Neste sentido, abre-se como uma das possibilidades se atenderem as novas demandas sociais, por meio do ensino, a formação de administradores com consciência sobre seus próprios futuros desafios que consistirão na percepção e entendimento das questões ambiental, social e financeira nas quais suas práticas estarão inseridas (ELKINGTON, 2001). Isto implica em dizer que, conforme salientam Jacobi, Arruda e Raufflet (2011), o desenvolvimento sustentável passa, então, pela educação dos indivíduos para além do simples desempenho profissional.

A partir das metas definidas por Mendes (1995), a administração se vê desafiada a promoção do gerenciamento das ações econômicas no que tange os aspectos econômicos, ambientais e sociais que se relacionam direta ou indiretamente as metas acima descritas. Isto implica em dizer que emerge para a administração e seus agentes, quando pensados a partir do entendimento do desenvolvimento sustentável, um novo papel dado estas novas demandas. A rigor, as metas definidas por Mendes (1995) mostram que, a administração deve integrar os três eixos norteadores da sustentabilidade em suas ações e isto significa uma abrangente mudança

nas formas pelas quais suas ações são estruturadas.

Apesar de ser dominante, ainda, na formação do administrador o domínio da dimensão econômica (GOMES e MORETTI, 2007), trabalhos como os de Carrol, (1999) Pirsch; Gupta e Gra (2007) e Moretti e Figueiredo (2007) revelam que as questões econômicas, ambientais e sociais são inter-relacionadas, principalmente, a partir das dimensões éticas e morais. Em decorrência disso, as ações do administrador para a realização do desenvolvimento sustentável irão depender dos valores éticos e morais que neste foi construído.

Como a construção de valores éticos e morais depende, necessariamente, da formação educacional, emerge neste ponto a importância das estratégias de ensino voltadas para este fim, bem como, a relevância do entendimento de como as instituições de ensino vêm produzindo e disseminando o conhecimento que irá afetar diretamente a formação deste sujeito que terá, como desafio, compreender e relacionar as questões éticas e morais com/a partir da inter-relação das questões econômicas, sociais e ambientais.

3 O ANTROPOCENO E OS SEMIÓFOROS DO ENSINO COMO CONCLUSÃO

Pensar o Antropoceno é refletir sobre a necessidade de reorganização social e possuir o entendimento de que o pensamento atual sobre a sustentabilidade pode estar sendo construído sobre bases epistêmicas difusas e sem contornos definidos. Uma vez que a administração tem como principal foco os processos de gerenciamento social, o entendimento de como o pensamento sobre os respectivos processos vêm sendo construídos na área da administração fornece a tônica de um problema que se instala no âmago da contemporaneidade. Por isso mesmo emerge deste problema a necessidade de verificação das correntes teórico-metodológicas delineadoras do discurso atual sobre a sustentabilidade pela área, bem como, o desenvolvimento de estratégias de ensino que garantam a transmissão dos novos conhecimentos, valores e referências sociais para os sujeitos que se firmam como agentes da própria condição social. Mesmo porque estas correntes teóricas que orientam o ensino da sustentabilidade na área da administração, já que nem sempre são claras, podem se traduzir em esforços voltados para a manutenção do *modus vivendi* secularmente instituído, ou seja, podem se traduzir na tentativa de enfrentamento do Antropoceno a partir de diretrizes norteadoras da primeira e da segunda Revolução Industrial. Ou, na melhor das hipóteses, se traduzir como semióforos.

Todo o dito implica, a rigor, no entendimento do valor e das questões que envolvem a sustentabilidade e sua vinculação com a administração, atualmente só pode ser percebida por meio de um ensino capaz de legendar o mundo para seus atores. Ensino este que ultrapasse o processo de sacralização pelo qual a sustentabilidade atravessa para refiná-la em seu propósito, transformando-a em material. Aliás, é justamente esta sacralização do tema e a ausência de consolidação teórica que faz com que a sustentabilidade, na atualidade, se apresente como um semióforo, não só para toda a sociedade, como para as instituições que a compõe. Isto implica em dizer que a exacerbação ao tema alinhado à ausência de estratégias específicas para o seu tratamento, não é algo que orienta apenas a hodiernidade daqueles que atendem à uma percepção midiática da sustentabilidade, mas também aos que de maneira sistemática buscam seu entendimento e construção conceitual.

Aqui, encaminha-se este trabalho com o pensar a sustentabilidade como um semióforo porque é ele, nas palavras de Soares (2008), que habita o imaginário social brasileiro não se traduzindo, entretanto, em um objeto sendo a ele permitido apenas sua associação à objetos ou temas correntes no cenário social. Aliás, vale lembrar que um semióforo conforme Chauí (2000, apud SOARES, 2008) é:

Um sinal distintivo que diferencia uma coisa de outra, mas é também um rastro ou vestígio deixado por algum animal ou por alguém. Signos indicativos de acontecimentos naturais – como as constelações, indicadores das estações do ano. [...] Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como um pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica (p. 11-12).

Apresentando-se a sustentabilidade sob este prisma, percebe-se que a existência se dá de maneira imaterial e está não está condicionada somente a sua visibilidade, mas ao culto que se faz por meio daquilo que ela representa. Isto implica em dizer que a sustentabilidade, quando pensada como um semióforo, sacraliza e dá força ao fato que, em tese, se apresenta inexistente brilhando, por isso mesmo, a potência de sua representação. No que tange ao ensino e a administração, a sustentabilidade pode ser vista como um semióforo porque esta construção e tentativa de delineamento de um novo olhar social são resultados de uma apropriação que, antes de tudo, carece de consolidação conceitual. Logo, estando a sustentabilidade neste processo de consolidação, ela torna-se dependente de outros fatores como, por exemplo, o entendimento de que apenas o seu discurso e/ou conhecimento comum não se traduz em ações efetivas.

Sendo a inserção da sustentabilidade na administração a tentativa de se alterar paradigmas nos quais as estratégias de ensino e geração de conhecimento já estão consolidadas e, cientes de que toda mudança de paradigma pressupõe rupturas com os modelos dominantes, pode-se afirmar que estando presa à velha racionalidade e aos modelos americanos de se fazer ciência, o desafio da inserção de um novo olhar proposto pela sustentabilidade ainda não está sendo enfrentado de maneira efetiva pela administração. Mas este feito não ocorre porque não se busca e/ou se tenta alinhar o foco do ensino à sustentabilidade. Ao contrário. Ocorre somente porque não se sabe, de maneira clara, como fazê-la.

Encaminhando estes trabalhos em vias definitivas de conclusão, aqui se tornou contundente, enquanto fato, que a discussão sobre a sustentabilidade não se apresenta enraizada nos modelos civilizatórios preconizados na I Revolução Industrial e nem, tão pouco, no delineamento imposto pelo Antropoceno desvelando, desta forma, a precariedade de passagens pelo qual a temática se encontra. Em outras palavras: para a administração, a sustentabilidade se revela não como um conceito, mas como uma categoria de análise, ainda fractal, de múltiplas possibilidades e, por isso mesmo, sem contornos e entendimentos definidos.

A ausência de contornos conceituais para o tema faz com que seu ensino na administração se apresente de maneira difusa. Ou seja, um conjunto de valores e significações associados a racionalidade moderna e que, por isso mesmo, pode ser apenas intuída e associada aos padrões clássicos de se desenvolver uma sociedade. Em decorrência disso, a sustentabilidade se mostra como importante ou, até mesmo, sagrada – enquanto semióforo, mas lacunar e fronteira cujo entendimento e pesquisas podem ser realizados sobre diversos focos e/ou vertentes, mas, ao que tudo indica a partir do exposto, que se encontra, ainda, em um processo que não se firma, necessariamente, como mecanismo da efetiva transformação nos valores e ou ideários sociais e nem, tampouco, em uma nova visão sobre o sistema social vigente herdado de uma velha racionalidade.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, R. (2012). *Muito além da economia verde*. São Paulo: Abril.

- BRUNDTLAND, G. H. (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV.
- CARROL, A. B. (1999). Corporate social responsibility. *Business and Society*, n. 38, v., p. 268-295.
- CLARKSON, M. B. E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating Corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, jan.
- ELKINGTON, J. (2001). *Canibais com garfo e faca*. São Paulo: Makron Books.
- GOMES, A.; MORETTI, S. L. A. (2007). *A Responsabilidade e o Social: uma Discussão sobre o Papel das Empresas*. São Paulo: Saraiva.
- JACOBI, P.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. (2011). Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)*, São Paulo, v. 12, n. 3, June 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300003&lng=en&nrm=iso>. Recuperado em 13 Mai 2013.
- JACOBI, P. (2010). Educação ambiental. *Educação e Perspectiva*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 168 - 173.
- LEFF, E. (2010). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Editora Cortez.
- MAYNARD JR., H. B.; MEHRTENS, S. E. (1993). Redefinições da prosperidade empresarial. In: RAY, M.; RINZLER, A. (Org.). *O novo paradigma nos negócios*. São Paulo: Cultrix.
- MENDES, M. C. (1995). *Desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Recuperado em 5 mai. 2013.
- MORETTI, S. L. D. A.; FIGUEIREDO, J. C. (2007). Análise bibliométrica da produção sobre responsabilidade social das empresas no EnANPAD: evidências de um discurso monológico. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 1, setembro, p. 21-38.
- PIRSCH, J; Gupta, S and Grau S, L. (2007). A Framework for Understanding Corporate Social Responsibility Programs as a Continuum: An Exploratory Study. *Journal of Business Ethics*, v. 7, p. 125-140.
- PORTER, M. E., VAN DER LINDE, C. (1995). *Ser verde também é ser competitivo*. Exame, ed. 597, ano 28, n. 24, 22 nov.
- PRAHALAD, C. K., HAMMOND, A. (2002). Serving the world's poor, profitably. *Harvard Business Review*, 80, p. 68-82.
- SACHS, I. (2004). *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SEN, A. (2009). *The Idea of Justice*. London: Allen Lane.
- SERRES, M. (2011). *O Mal Limpo: poluir para se apropriar?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SHRIVASTAVA, P. (1995). Environmental Technologies and competitive advantage. *Strategic Management Journal*, v. 16, p. 78 – 102.

SOARES, M. (2008). Cidade, cotidiano, cidadania: um olhar ambiental. *29ª. Reunião Anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT22-1738-Int.pdf>>. Recuperado em: 5 fev. 2013.

SOARES, M. L. A. (2010). Entre as duas revoluções industriais mecânicas e a revolução bioengenharia no campo da educação ambiental crítica. In: *33 Reunião anual da ANPED*, 2010, Caxambu. Educação no Brasil: O balanço de uma década. Rio de Janeiro: ANPED.

VEIGA, J. E. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estud. av.*, São Paulo, v. 24, n. 68. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100006&lng=neném=isso>. Recuperado em: 03 de jun. de 2013.